

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM

30 DE JUNHO DE 2016

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
7 NOTAS EXPLICATIVAS	10 a 25

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 30 de junho de 2016

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		75.516	75.004
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	39.288	41.655
Clientes	4.2	22.942	21.187
Outros Créditos	4.3	3.829	2.951
Despesas Antecipadas	4.4	9.457	9.211
NÃO CIRCULANTE		650.450	668.250
Realizável a Longo Prazo		40.889	46.071
Depósitos Judiciais	4.5	69	52
Tributos Diferidos	4.6	26.724	27.374
Despesas Antecipadas	4.4	14.096	18.645
Imobilizado	4.7	423.360	431.693
Intangível	4.8	186.201	190.486
TOTAL DO ATIVO		725.966	743.254

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 30 de junho de 2016

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		163.219	165.643
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.9	263	181
Fornecedores	4.10	3.115	4.551
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.11	1.172	19.799
Outras Obrigações Fiscais	4.12	1.970	1.852
Debêntures	4.17	40.488	40.490
Dividendos a Pagar	4.13	51.234	34.094
Concessão de Uso de Bem Público	4.14	57.947	57.947
Pequisa e Desenvolvimento	4.15	5.494	4.900
Outras Contas a Pagar	4.16	1.536	1.829
NÃO CIRCULANTE		508.773	503.612
Debêntures	4.17	50.744	71.026
Concessão de Uso de Bem Público	4.14	458.029	432.586
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.974	73.999
Capital Social	6.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.3	255	255
Reserva Legal	6.2	7.100	7.100
Reserva de Retenção de Lucros	6.4	-	31.141
Lucro do 1º semestre 2016		11.116	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		725.966	743.254

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Trimestre findo em 30 de junho de 2016

(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

		2016		2015	
		01.04.16	01.01.16	01.04.15	01.01.15
		a	a	a	a
		30.06.16	30.06.16	30.06.15	30.06.15
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8	64.313	124.739	58.661	115.358
(-) Custos Operacionais	9	(25.536)	(46.599)	(27.945)	(57.895)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		38.777	78.140	30.716	57.463
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.347)	(2.431)	(641)	(1.649)
Despesas Administrativas	10.a	(1.347)	(2.431)	(1.044)	(2.054)
Outras Receitas	10.d	-	-	403	405
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		37.430	75.709	30.075	55.814
RESULTADOS FINANCEIRO		(29.248)	(58.885)	(25.888)	(50.638)
Receitas financeiras	10.b	863	1.838	493	999
Despesas financeiras	10.c	(30.111)	(60.723)	(26.381)	(51.637)
LUCRO OPERACIONAL		8.182	16.824	4.187	5.176
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.776)	(5.708)	(1.414)	(1.748)
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.11	(2.451)	(5.058)	(1.090)	(1.098)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	4.8	(325)	(650)	(324)	(650)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		5.406	11.116	2.773	3.428
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>0,090</i>	<i>0,184</i>	<i>0,046</i>	<i>0,057</i>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 30 de junho de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nº	30/06/2016	30/06/2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.116	3.428
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:			
Operações com Créditos de Carbono	6.3	-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	4.6	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		11.116	3.428

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Trimestres findos em em 30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		35.503	255	5.500	43.557	-	84.815
Lucro do período - Janeiro a Junho 2015						3.428	3.428
<u>Destinação da proposta à A.G.O</u>							
Dividendos propostos						(43.557)	(43.557)
Saldos em 31 de março de 2015		35.503	255	5.500	-	3.428	44.686
Lucro do período - julho a dezembro 2015						39.693	39.693
<u>Destinação da proposta à A.G.O</u>							
Reserva legal	6.2			1.600		(1.600)	-
Dividendos propostos	4.15					(10.380)	(10.380)
Retenção de lucros	6.4	-	-	-	31.141	(31.141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		35.503	255	7.100	31.141	-	73.999
Lucro do período - Janeiro a Junho 2016						11.116	11.116
<u>Destinação da proposta à A.G.O</u>							
Dividendos propostos	4.13					(31.141)	(31.141)
Retenção de lucros	6.4				(31.141)	31.141	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	30/06/2016	30/06/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		11.116	3.428
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	4.7	9.150	9.133
Amortização de intangível - Concessão	4.8	4.285	4.285
Variações monetárias não realizadas	10.c	60.473	51.295
Provisões (reversões) de litígios	5	-	(401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.6	650	650
Prêmio de Risco Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	9	4.549	-
Provisões (reversões) trabalhistas		(79)	
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	4.2	(1.755)	381
Outros créditos	4.3	(878)	(463)
Despesas pagas antecipadamente	4.4	(245)	(245)
Depósitos judiciais	4.5	(17)	(21)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	4.9	82	(17)
Fornecedores	4.10	(1.436)	(12.912)
Imposto de renda e contribuição social	4.11	(18.627)	234
Outras obrigações fiscais	4.12	118	41
Pagamento de encargos de debentures	4.17	(7.061)	(8.956)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público		(27.872)	(25.723)
Pesquisa e desenvolvimento	4.15	594	501
Outros valores a pagar	4.16	(293)	127
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		32.754	21.337
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	4.7	(817)	(381)
Adições no intangível	4.8	-	(8)
Venda de bens do ativo imobilizado			
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(817)	(389)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	4.13	(14.000)	(5.556)
Amortização de debêntures	4.17	(20.304)	(20.304)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(34.304)	(25.860)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(2.367)	(4.912)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4.1	41.655	28.732
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4.1	39.288	23.820
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(2.367)	(4.912)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(2.367)	(4.912)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Trimestres findos em 30 de Junho de 2016 e 2015
(Em Milhares de Reais)

	NE nr.	30/06/2016	30/06/2015		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	8	130.808	120.925		
Total		130.808	120.925		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Eletrica comprada para revenda	9	17.093	30.799		
Encargos de uso da rede eletrica	9	6.361	5.799		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	9	4.932	3.927		
Material, insumos e serviço de terceiros	9 e 10	5.990	5.054		
Outros insumos	9	635	475		
Total		35.011	46.054		
(=) Valor adicionado bruto		95.797	74.871		
(-) Depreciação e amortização					
	9 e 10	13.423	13.406		
(=) Valor adicionado líquido		82.374	61.465		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	10	1.839	999		
Outras Receitas	10		403		
Total		1.839	1.402		
Valor adicionado a distribuir		84.213	62.867		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	30/06/2016	%	30/06/2015	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	10	1.239		1.127	
Planos previdenciarios e assistencial		44		-	
Beneficios	10	98		94	
Encargos sociais - FGTS	10	296		275	
Indenizações trabalhistas	10	-		-	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		1.677	2,0	1.496	2,4
Governo					
Federal		10.561		6.190	
Estadual		2		-	
Municipal		13		11	
Total		10.576	12,6	6.201	9,9
Terceiros					
Juros e variações monetárias	10	60.724		51.637	
Arrendamentos e aluguéis	10	120		105	
Total		60.844	72,3	51.742	82,3
Acionistas					
Dividendos propostos				-	
Lucros retidos na empresa		11.116		3.428	
Total		11.116	13,2	3.428	5,5
		84.213	100	62.867	100

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Levantadas em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente de energia, com sede em Curitiba – PR, e tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração energética do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC, localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social.

A Concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, regulada pelo contrato com a ANEEL e prazo findo em outubro de 2036 será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

<u>UHE / PCH</u>	<u>Potência instalada (MW)</u>	<u>Energia assegurada (MW médios)</u>
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Mudanças Introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que alterou a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrou em 31 de dezembro de 2008. Segundo essa lei, a emissão de normativos contábeis pela CVM e demais órgãos reguladores, deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais. Posteriormente, a Lei nº 11.941/09, modificou itens da Lei nº 11.638 e da Lei das Sociedades por Ações.

Práticas Contábeis

a) Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

b) Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

c) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução da ANEEL nº 367 de 02 de setembro de 2009.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2017 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

f) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata die”.

g) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

h) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

i) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

4. CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Disponibilidades

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
Caixa		5	4
Banco conta movimento		40	75
Aplicações financeiras de curto prazo		39.243	41.576
		39.288	41.655

O saldo de aplicações financeiras refere-se a investimentos em fundos conservadores de renda fixa (CDB DI) junto ao Banco do Brasil, compromissados a uma taxa mínima correspondente a 96% da variação da taxa do CDI cujos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (pro rata temporis).

4.2 Clientes

A conta clientes está composta da seguinte forma:

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
COPEL Distribuição S/A		22.684	21.187
Matrix Comercializadora de Energia		258	-
		22.942	21.187

Descrição	Saldos vincendos em	30/06/16	31/12/15
Suprimentos		22.942	21.187
		22.942	21.187

4.3 Outros créditos

O valor de R\$ 3.829 a título de outros créditos é composto:

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
Serviços em Curso (*)		3.629	2.919
Adiantamento a empregados		5	1
Adiantamento a fornecedores		195	31
		3.829	2.951

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

4.4 Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
Curto Prazo			
Seguro das usinas		349	97
Seguro fornecedores de energia		8	16
Seguro sede administrativa		2	-
Repactuação do Risco Hidrológico		9.098	9.098
		9.457	9.211
Longo Prazo			
Repactuação do Risco Hidrológico		14.096	18.645
		14.096	18.645

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuído:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e
R\$ 39.369, à título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído assim:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível a amortizar a partir de 2019	R\$	8.273
(-) Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353

4.5 Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 01 de janeiro de 2015	31
- Depósitos	21
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	52
- Depósitos	17
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 30 de junho de 2016	69

4.6 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2015 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013 e que monta os seguintes:

	Saldo em 01/01/2015	Reconhecidos		Saldo em 31/12/2015	Reconhecidos		Saldo em 30/06/2016
		Resultado do exercício	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	Patrimônio líquido	
Ativo não circulante							
RTT - Regime Tributário de Transição							
ICPC 01 - Contratos de concessão	28.805	(1.299)	-	27.506	(650)	-	26.856
(-) Créditos de Carbono							
CPC 38 - Instrumentos financeiros	(132)	-	-	(132)	-	-	(132)
Ativo diferido - LÍQUIDO	28.673			27.374			26.724

4.7 Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está

sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/15	Movimentação				Saldo em 30/06/16		
		Adições	Depr.	Baixas	Transf.	Valor residual	Depreciação acumulada	Custo
GERAÇÃO	424.815	805	(8.965)	-	-	416.655	184.825	601.480
Em Serviço	410.476	388	(8.965)	-	849	402.748	184.825	587.573
Terrenos	4.803	-	(105) *	-	-	4.698	1.581	6.279
Reservatórios, barragens e adutora	226.777	-	(4.800)	-	-	221.977	99.726	321.703
Edif., obras civis e benfeitorias	44.920	91	(954)	-	849	44.906	19.367	64.273
Máquinas e equipamentos	133.698	297	(3.087)	-	-	130.908	63.805	194.713
Móveis e utensílios	278	-	(19)	-	-	259	346	605
Em Curso	14.339	417	-	-	(849)	13.907	-	13.907
Terrenos	1.661	32	-	-	-	1.693	-	1.693
Edif., obras civis e benfeitorias	852	366	-	-	(849)	369	-	369
Máquinas e equipamentos	-	10	-	-	-	10	-	10
Material em depósito	2.666	9	-	-	-	2.675	-	2.675
Depósitos judiciais - Terras	9.160	-	-	-	-	9.160	-	9.160
TRANSM. / CONEXÃO	6.756	1	(172)	-	-	6.585	2.337	8.922
Em Serviço	6.756	1	(172)	-	-	6.585	2.337	8.922
Edif., obras civis e benfeitorias	15	-	-	-	-	15	11	26
Máquinas e equipamentos	6.735	1	(172)	-	-	6.564	2.322	8.886
Móveis e utensílios	6	-	-	-	-	6	4	10
ADM. CENTRAL	122	11	(13)	-	-	120	198	318
Em Serviço	122	11	(13)	-	-	120	198	318
Máquinas e equipamentos	31	11	(3)	-	-	39	7	46
Móveis e utensílios	91	-	(10)	-	-	81	191	272
	431.693	817	(9.150)	-	-	423.360	187.360	610.720

(*) Amortização da conta terrenos em observância do Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

4.8 Intangível

Em função da adoção das práticas contábeis já utilizadas na controladora, a partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um

Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no 1º semestre de 2016, é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/15	Movimentação				Saldos em 30/06/16		
		Adições	Amortiz.	Baixas	Capit aliza ções	Valor residual	Amortiz. Acumulada	Custo
GERAÇÃO	190.480	-	(4.285)	-	-	186.195	89.508	275.703
Intangível em Serviço	190.480	-	(4.285)	-	-	186.195	89.508	275.703
Concessão - Uso de Bem Público	178.697	-	(4.285)	-	-	174.412	89.508	263.920
Servidões de Passagem Florestal	2.763	-	-	-	-	2.763	-	2.763
Créditos de Carbono	720	-	-	-	-	720	-	720
Repactuação Risco Hidrológico - (*)	8.273	-	-	-	-	8.273	-	8.273
Intangíveis	27	-	-	-	-	27	-	27
ADMINISTRAÇÃO	6	-	-	-	-	6	2	8
Intangível em Serviço	6	-	-	-	-	6	2	8
Softwares	6	-	-	-	-	6	2	8
Total	190.486	-	(4.285)	-	-	186.201	89.510	275.711

4.9 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
Contribuições Previdenciárias Retidas		7	6
Imposto de Renda Retido na Fonte		32	54
Convênios - Bolsa Estágio		4	-
Provisão de férias e 13º salário		205	121
Fundação Copel		15	-
		263	181

4.10 Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
Mercado de curto prazo de energia – CCEE		-	4.997
Compra de energia - Mercado Livre		1.331	1.244
Encargos de uso da rede elétrica		796	800
Materiais e serviços		988	863
		3.115	7.904

4.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ		1.132	14.650
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		40	5.149
		1.172	19.799

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

	30.06.2016	30.06.2015
Lucro antes do IRPJ e CSLL	16.824	5.176
IRPJ e CSLL (34%)	(5.720)	(1.760)
IRPJ e CSLL correntes	(5.058)	(1.098)
IRPJ e CSLL diferidos	(650)	(650)
Alíquota efetiva - %	33,9%	33,8%
IRPJ e CSLL correntes Lucro Real	(5.058)	(1.098)
IRPJ e CSLL pagos por estimativa	3.443	547
IRPJ e CSLL retidos na fonte	443	199
IRPJ e CSLL à pagar	(1.172)	(352)

4.12 Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
Tributos retidos na fonte		57	170
Previdência Social INSS		131	51
FGTS		6	8
PIS e Cofins		1.776	1.623
		1.970	1.852

4.13 Dividendos à Pagar

Dividendos a pagar em 31/12/2015		34.094		
Transferência da reserva de retenção de lucros		31.140		
Dividendos distribuídos da reserva de retenção de lucros		(14.000)		
Saldo a pagar em 30/06/2016		51.234		
Acionistas	Ações Ordinárias	Part. %	Dividendos propostos	
			30/06/16	31/12/15
Copel - Comp. Paranaense Energia	42.210	70%	35.864	23.866
Paineira Participações S/A	18.090	30%	15.370	10.228
	60.300	100%	51.234	34.094

4.14 Encargos de Outorga ANEEL

A presente concessão foi outorgada através de leilão realizado em 28/06/2001, com assinatura de contrato em 25/10/2001 e data final prevista para 25/10/2036. Outorga através do Decreto Presidencial de 23/10/2001.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

Em 30/06/2016 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 246 (duzentas e quarenta e seis) parcelas restantes até o término da concessão em outubro/2036, a valores nominais totalizava R\$ 1.252.975 mil, e a valor presente o seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 01/01/2016	57.947	432.586	490.533
Transferências	8.872	9.500	18.372
Pagamentos valor original	9.500	(9.500)	-
Pagamentos correção IGP-M	(18.872)	-	(18.872)
Encargos - variação monetária	-	25.443	25.443
Em 30/06/2016	57.447	458.029	515.476

4.15 Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 30/06/2016, é a seguinte:

	Circulante			Não Circulante	Total
	FNDCT	MME	P&D		
Saldo em 01/01/2016	170	85	4.645	-	4.900
Constituições	499	249	499	-	1.247
Juros Selic	-	-	82	-	82
Recolhimentos	(490)	(245)	-	-	(735)
Saldo em 30/06/2016	179	89	5.226	-	5.494

4.16 Outras contas a Pagar

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.536	1.829
		1.536	1.829

4.17 Debêntures

Debêntures 2ª emissão	Data de emissão	Nr. de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros	Valor do contrato	Valor atualizado em 30/06/2016
			1ª parcela	60ª parcela			
Série única	26/09/2013	60	26/10/2013	26/09/2018	DI + Spread 1,00% a.a	203.000	91.232
Circulante							40.488
Não circulante							50.744

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 203.000 mil.

Foram emitidos 20.300 títulos com valor unitário de R\$ 10 mil.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extra grupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 1,00% a.a., pagos mensalmente sendo a primeira parcela vincenda em 26/10/2013 e a sexagésima em 26/09/2018.

Destinação:

Liquidação total do contrato de mútuo com a Controladora.

Garantias:

Fidejussória

Intervenientes garantidores:

Companhia Paranaense de Energia – Copel, na proporção de 70%, e Painera Participações e Empreendimentos Ltda, na proporção de 30%.

Agente fiduciário:

Pentágono S.A – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total em R\$ mil
Em 01 de janeiro de 2016	40.490	71.026	111.516
Transferências	20.304	(20.304)	-
Encargos	7.248	22	7.270
Pgts de principal	(20.304)	-	(20.304)
Pgts de encargos	(7.250)	-	(7.250)
Em 30 de junho de 2016	40.488	50.744	91.232

5. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Tendo em vista a análise de nossas assessorias jurídicas especializadas, não foram constatadas a existência de processos relativos a ações de natureza com risco de perda classificado como “PROVÁVEL”, portanto desnecessário a constituição de provisões para tal.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 30/06/2016, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

6.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.100, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido do exercício corrente somado aos anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

6.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (um euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

6.4 Retenção de Lucros

Na 15ª AGO (Assembléia Geral Ordinária) em 30 de março de 2016, os acionistas deliberaram pela distribuição integral dos lucros retidos referente ao exercício de 2015, no valor de R\$ 31.141 mil, transferindo esse montante para conta de dividendos a pagar no exercício de 2016.

7. MENÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

7.1 Ações Trabalhistas e Cíveis

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/12/15
Ações trabalhistas		952	952
Ações cíveis		430	430
		1.382	1.382

7.2 Ações de Ordem Tributária

Com base em decisão liminar concedida em mandado de segurança impetrado em 16 de agosto de 2006, a qual foi confirmada por sentença transitada em julgado, a Companhia recolhe as contribuições para o PIS e COFINS com base no regime CUMULATIVO (3,65%), contrariando a pretensão da Receita Federal do Brasil, a qual através de resposta a consulta formal, havia mantido o entendimento de tributação pelo regime NÃO CUMULATIVO (9,25%).

Destaca-se que com o trânsito em julgado da decisão monocrática, que fora inclusive confirmada em todas as instâncias, o entendimento não poderá mais ser modificado e a Receita Federal do Brasil deverá acatar o regime CUMULATIVO adotado pela Companhia.

8. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	Saldos em	30/06/16	30/06/15
Venda de Energia UHEs		128.852	120.925
Venda de Energia CCEE		1.118	-
Venda de Energia Mercado Livre		838	-
Receita Bruta		130.808	120.925
Contribuição para PIS		(858)	(786)
Contribuição para COFINS		(3.963)	(3.628)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.248)	(1.153)
Deduções da Receita Bruta		(6.069)	(5.567)
RECEITA LÍQUIDA		124.739	115.358

9. **CUSTOS OPERACIONAIS**

Descrição	Saldos em	30/06/16	30/06/15
Materiais		(142)	(67)
Serviços de Terceiros		(5.573)	(4.726)
Depreciação		(9.138)	(9.122)
Amortização		(4.285)	(4.285)
Seguros		(261)	(261)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(4.932)	(3.927)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(312)	(276)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(4.801)	(4.369)
Compra de Energia CCEE		-	(23.531)
Compra de Energia - Mercado Livre		(8.077)	(7.267)
Repactuação do Risco Hidrológico - Lei 13.203/201		(4.467)	-
Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(4.549)	-
Outros custos		(62)	(64)
		(46.599)	(57.895)

10. **DESPESAS OPERACIONAIS**

a) **Despesas Administrativas**

Descrição	Saldos em	30/06/16	30/06/15
Pessoal		(878)	(754)
Administradores		(812)	(743)
Material		(15)	(14)
Serviços de Terceiros		(414)	(313)
Depreciação		(12)	(11)
Arrendamento e Aluguéis		(120)	(105)
Seguros		(1)	(1)
Tributos		(47)	(39)
Outras despesas		(132)	(74)
		(2.431)	(2.054)

b) **Receitas Financeiras**

Descrição	Saldos em	30/06/16	30/06/15
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		1.838	999
		1.838	999

c) **Despesas Financeiras**

Descrição	Saldos em	30/06/16	30/06/15
Juros e encargos - debêntures		(7.293)	(9.039)
Encargos da concessão - UBP		(53.316)	(42.356)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(28)	(128)
Juros e correções - P & D		(82)	(111)
Acréscimos moratórios		-	(1)
Despesas bancárias		(4)	(2)
		(60.723)	(51.637)

d) Outras Receitas

Descrição	Saldos em	30/06/16	31/03/15
Recuperação de despesas		-	2
		-	2

11. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio Pago R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 11/03/2016 a 11/03/2017	Multi Risco	Unidades Geradoras - Sta Clara e Fundão	505	197.800
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 14/05/2016 a 14/05/2017	Risco Nomeado	Sede Administrativa - (Escritório Central)	2	1.063
POTENCIAL SEGURADORA S.A 01/01/2016 a 01/01/2017	Garantia Contratual	Contrato de compra Energia	16	4.084
Total			523	202.947

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 3319345/15299, com a Itau Seguros S.A.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

Parte Relacionada Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Acionista controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar			35.864	23.869		
Acionista						
Paineira Participações S.A.						
Dividendos a pagar			15.370	10.229		
Outras partes relacionadas						
Copel Distribuição S.A.						
Suprimento energia	22.864	21.187			128.852	246.653
Encargos do uso da rede			796	800	(4.801)	(9.863)
Copel Geração e Transmissão S.A.						
Serviço de operação e manutenção			702	702	(4.678)	(8.594)
Planejamento energético			65	58	(174)	(748)
Copel Telecomunicações S.A.						
Serviços de telecomunicações					(133)	(279)

13. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

14. GERENCIAMENTO DA SUSTENTABILIDADE E AMBIENTAL

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

	NE	30/06/16		31/12/15	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento	4.1	45	79	79	79
Aplicações financeiras	4.1	39.243	32.300	41.576	41.576
Recebíveis					
Clientes	4.2	22.942	21.187	21.187	21.187
Total dos ativos financeiros		62.230	53.566	62.842	62.842
Passivos financeiros					
Debêntures	4.17	91.232	101.375	111.516	111.516
Total dos passivos financeiros		91.232	101.375	111.516	111.516

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2016

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	30/06/16	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - B.Brasil	96,00	23/05/2016	14/05/2018	Custo amortizado	14.141	14.141
CDB - B.Brasil	94,00	09/06/2016	01/06/2018	Custo amortizado	302	302
CDB - B.Brasil	96,00	22/02/2016	13/06/2018	Custo amortizado	13.491	13.491
CDB - Bradesco	96,50	30/06/2016	17/06/2019	Custo amortizado	1.277	1.277
CDB - CEF	100,20	22/06/2016	26/05/2021	Custo amortizado	10.032	10.032
					39.243	39.243

Clientes

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo a vencer em 2019, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

Debêntures

As Debêntures estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos da respectiva escritura de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período.

Dinorah Botto Portugal Nogara
Diretora Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3